



SUDAMERICA

Revista Internacional de Direitos Humanos

SUBJETIVIDADES DESESTABILIZADORAS E PEDAGOGIAS DE RESISTÊNCIA: DOCENTES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

DESTABILIZING IMAGES AND PEDAGOGIES OF RESISTANCE: BLACK WOMEN FACULTY IN BRAZILIAN GRADUATE EDUCATION

Dossiê Gênero e Resistências: Potências Feministas Frente às Violações de Direitos Humanos

Artigo recebido em 17/09/2025 e aceito em 01/12/2025.

Tainah Mota do Nascimento¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

O artigo analisa as trajetórias e experiências de professoras negras na pós-graduação brasileira, com foco nas regiões Sul e Nordeste do país, a partir de uma perspectiva interseccional que considera os marcadores de raça, gênero e classe. Fundamentado na tese de que a presença dessas docentes opera como subjetividades desestabilizadoras frente ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), o estudo revela como produzem pedagogias de e em resistência e epistemologias insurgentes no Ensino Superior brasileiro. Utiliza metodologia híbrida, com análise documental de políticas institucionais e entrevistas compreensivas realizadas entre 2023 e 2024. As docentes, oriundas de instituições nos estados do Rio Grande do Sul e Sergipe, narram suas práticas pedagógicas, desafios institucionais e estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural. A análise revela como sua presença provoca tensões em espaços acadêmicos marcados por privilégios brancos, desafiando hierarquias raciais consolidadas. As pedagogias construídas por essas mulheres reconfiguram a prática docente e o processo formativo, evidenciando a urgência de políticas de inclusão e o fortalecimento das ações afirmativas, especialmente à luz das Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023. O artigo contribui para os debates sobre a construção de uma pós-graduação antirracista e plural, pautada na justiça cognitiva e na valorização da diversidade epistêmica.

Palavras-chave: docentes negras; ações afirmativas; pós-graduação; branquitude; pedagogia de resistência.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pós-doutoranda em Educação bolsista do Projeto Baobá: Inspirações para o enraizamento de políticas afirmativas em Programas de Pós-graduação, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tainahmottanascimento@gmail.com



Abstract

This article examines the trajectories and experiences of Black women faculty in Brazilian graduate education, with a focus on the country's South and Northeast regions. Adopting an intersectional perspective that considers the interplay of race, gender, and class, it argues that the presence of these faculty members operates as destabilizing images that unsettle the narcissistic pact of whiteness (Bento, 2002). The study reveals how they craft pedagogies of resistance and insurgent epistemologies within higher education. Methodologically, it draws on a hybrid approach that combines documentary analysis of institutional policies with in-depth interviews conducted between 2023 and 2024. The professors, based at institutions in the states of Rio Grande do Sul and Sergipe, reflect on their pedagogical practices, institutional challenges, and strategies for confronting structural racism. Findings demonstrate how their presence generates tensions in academic spaces historically structured by white privilege, thereby challenging entrenched racial hierarchies. The pedagogies forged by these women reconfigure teaching practices and formative processes, underscoring the urgency of inclusive policies and the strengthening of affirmative action, particularly in light of Laws No. 12.711/2012 and No. 14.723/2023. This article contributes to debates on the construction of an anti-racist and plural graduate education, grounded in cognitive justice and the recognition of epistemic diversity.

Keywords: black women faculty; affirmative action; graduate education; whiteness; pedagogy of resistance.

Introdução: Sonhamos Coisas Que Existirão, Ainda que Sempre Duvidem

Quando entra pela garganta desce abrupta mão, nenhum punho fechado pode transmutar nosso canto livre. Em grito, há sede de verdade, esse ardor pelo espaço usurpado e nervos sem declinar de qualquer sentimento gentil salvo a palavra bruta. Tudo que transporta o ar, nós revelamos. Sonhamos coisas que existirão, ainda que você sempre duvide. Nem todo o privado de visão é cego; quem rala a alma pelo lado de fora sim. Ventre armazenado de calor. Negro, a cor de princípios. (Paulo Colina)

O poeta Paulo Colina inspira essa escrita na justa medida em que aposta no sonho mais do que na situação concreta investigada. Nós não podemos construir o que não conseguimos imaginar e nesse sentido, as políticas de ações afirmativas no Brasil representam uma conquista histórica do que convencionamos chamar de *Movimento Negro e Indígena*. Essas políticas emergiram como resposta às desigualdades estruturais que caracterizam o acesso e permanência de populações negras no Ensino Superior, em especial



na pós-graduação. A partir da implementação da Lei nº 12.711/2012² e, mais recentemente, da Lei nº 14.723/2023,³ o debate sobre a efetividade e os limites das ações afirmativas tem ganhado novos contornos, exigindo revisões críticas sobre seus impactos, desafios e limites.

Este artigo parte da tese⁴ de que a presença de mulheres negras na docência da pós-graduação brasileira funciona como *subjetividade desestabilizadora* frente ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), uma vez que desafia o monopólio histórico da branquitude sobre os espaços de poder e prestígio acadêmico. Ao mobilizar pedagogias *de e em* resistência (hooks, 2017) e *subjetividades emancipatórias* (Gomes, 2017), essas docentes promovem *rupturas epistemológicas e institucionais*, abrindo caminho para novas formas de produzir e compartilhar conhecimento.

A análise tem como objetivo, portanto, compreender os *impactos da presença de docentes negras* na pós-graduação, explorando as estratégias epistemológicas e ontológicas que mobilizam em suas trajetórias, assim como os efeitos de suas práticas pedagógicas nos processos formativos. A partir de um recorte territorial entre os estado⁵s do Rio Grande do Sul e Sergipe, busca-se revelar como contextos históricos distintos da *presença feminina negra* influenciam a inserção e a atuação dessas docentes no Ensino Superior.

Desobedecendo a Dupla Ausência e Produzindo Arranhaduras: Caminhos Teórico Metodológicos

Do vazio surge a energia que dá sustento e impulsiona a existência, fluindo dos contrastes entre a alegria de viver e o dilaceramento de ter o direito à vida de cidadão negado.

² Conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu a reserva de vagas em universidades federais e institutos federais de ensino técnico para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte para renda, raça e etnia.

³ Atualizou a Lei de Cotas, ampliando critérios de inclusão, prevendo revisão periódica da política e fortalecendo a garantia de acesso de grupos historicamente marginalizados à educação superior.

⁴ Fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do Doutorado em Educação, intitulada Para cada excelência negra há uma mediocridade branca: docentes negras na pós-graduação brasileira, defendida em 2025. (<http://hdl.handle.net/10183/292347>).

⁵ Gloria Jean Watkins instigava as convenções linguísticas e acadêmicas, assinando seu pseudônimo bell hooks, em letras minúsculas, com o objetivo dar atenção ao conteúdo da sua escrita e não a sua pessoa, ou seja, a autora não pretendia ficar presa em uma identidade, mas estar em constante movimento.



Energia que impulsiona na busca de conhecer o passado africano antes da escravidão, no esforço para mudar a condição do presente de marginalização e construir o futuro em real libertação. Estamos sempre nos movimentando [...] (Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva).

A compreensão dos *impactos da presença de mulheres negras* na docência da pós-graduação brasileira exige o enfrentamento crítico de categorias estruturantes da sociedade brasileira, como a branquitude e o racismo institucional. Esta análise, fundamenta-se principalmente nos conceitos de *pacto narcísico da branquitude* (Bento, 2002), *subjetividades desestabilizadoras* (Gomes, 2017) e pedagogias *de e em* resistência.

Maria Aparecida Bento (2002) elabora o conceito de *pacto narcísico da branquitude* para descrever um acordo tácito entre pessoas brancas que visa à negação do racismo e à manutenção dos privilégios raciais. Esse *pacto* se manifesta tanto em *práticas institucionais* quanto em *discursos* que desresponsabilizam os sujeitos brancos das desigualdades raciais. Na pós-graduação, esse pacto opera na construção de normas de excelência que invisibilizam epistemologias negras, silenciando saberes que fogem ao cânone branco, eurocentrado, masculino cisgênero e heterossexual.

Nilma Lino Gomes (2017), ao discutir as *subjetividades desestabilizadoras*, propõe uma virada teórica e epistemológica na forma de compreender a *presença de pessoas negras em espaços de poder*. Segundo a autora, essas subjetividades são capazes de tensionar a ordem vigente ao emergirem como corpos que recusam o lugar da subalternidade. Nesse sentido, a *presença de professoras negras* na pós-graduação brasileira provoca arranhaduras no tecido institucional da branquitude acadêmica, ao mesmo tempo em que afirma formas de existir e produzir conhecimento baseadas em outras ontologias.

A perspectiva de bell hooks (2017) sobre pedagogias *de e em* resistência complementa esse marco teórico, ao enfatizar que a sala de aula pode ser um espaço de libertação, desde que haja um engajamento político e afetivo com o processo formativo. Para hooks (2017), a educação deve ser um ato de liberdade e não de dominação, capaz de transformar sujeitos e



instituições. Essa concepção se articula com a noção de escrevivência de Conceição Evaristo (2014) e com a crítica anticolonial de Grada Kilomba (2019), que denuncia o epistemicídio promovido por uma academia que insiste em neutralidades pretensamente universais.

Com base nesses aportes teóricos, este artigo propõe compreender as *trajetórias de professoras negras como insurgências* contra os silêncios da Universidade brasileira. Suas presenças e práticas pedagógicas, se materializam em subjetividades desestabilizadoras e convocam a uma reconfiguração do espaço acadêmico, colocando em xeque a neutralidade da ciência e afirmando a legitimidade de outras formas de saber.

Este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: *como a presença de docentes negras na pós-graduação brasileira, em especial no Rio Grande do Sul e em Sergipe, opera como elemento desestabilizador das hierarquias raciais e epistêmicas e quais pedagogias emergem de suas trajetórias e práticas docentes?* A investigação tem como objetivo central compreender os impactos dessa presença nos espaços institucionais da pós-graduação, analisando as estratégias epistemológicas, pedagógicas e políticas mobilizadas por essas mulheres negras para resistir às estruturas excludentes da universidade.

A metodologia adotada nesta análise se ancora em um referencial crítico de base decolonial, interseccional e feminista negra. Considera-se, assim, que as experiências das mulheres negras produzem saberes situados, localizados e potentes para a compreensão das desigualdades estruturais na universidade. As contribuições de autoras como Lélia Gonzalez (1984), Patricia Hill Collins (2021), Gloria Anzaldúa (2005) e Sueli Carneiro (2015) fundamentam uma epistemologia que valoriza a oralidade, a memória, a afetividade e a ancestralidade como dimensões legítimas do conhecimento.

A pesquisa assume um posicionamento político-epistemológico que compreende as docentes entrevistadas como sujeitos produtores de conhecimento, e não apenas como fontes de dados. Tal escolha metodológica reflete um compromisso com a descolonização dos modos de fazer pesquisa,



privilegiando a escuta sensível, o diálogo e o respeito à singularidade das narrativas.

O desenho metodológico contempla a triangulação entre análise documental, entrevistas compreensivas e observação indireta de práticas docentes a partir de registros curriculares e acadêmicos. Os documentos analisados incluem editais de concursos públicos, planos de ação afirmativa, legislações institucionais e dados disponíveis nas plataformas institucionais das universidades investigadas. Essa etapa permitiu contextualizar as trajetórias docentes dentro dos marcos normativos e das políticas institucionais vigentes.

As entrevistas compreensivas foram realizadas com professoras negras atuantes na pós-graduação em instituições localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Sergipe. Esses territórios foram escolhidos por suas diferenças históricas e sociodemográficas quanto à presença negra, permitindo uma análise comparativa das estratégias de inserção e permanência das docentes em contextos institucionais contrastantes.

O método de entrevista compreensiva, conforme proposto por Kaufmann (2013), possibilita um aprofundamento dos sentidos atribuídos pelas participantes às suas experiências. Mais do que relatar fatos, as docentes elaboraram sentidos sobre si, sobre suas trajetórias acadêmicas e sobre os espaços que habitam e disputam. A escolha dessa abordagem está alinhada a uma perspectiva metodológica que valoriza a subjetividade como dimensão constitutiva da análise social.

As entrevistas foram realizadas entre 2023 e 2024, transcritas na íntegra e analisadas por meio da codificação temática. A análise seguiu um processo interpretativo ancorado na análise de conteúdo, articulando categorias previamente definidas (como racismo institucional, solidão acadêmica, pedagogia de resistência) a categorias emergentes (como ética do cuidado, política da presença, pedagogia afetiva).

Foi construído um diário de campo reflexivo (Kaufmann, 2013), utilizado como ferramenta para registrar impressões, deslocamentos, tensões e afetos mobilizados no processo de pesquisa. Essa prática está em consonância com



os pressupostos de uma metodologia crítica e auto reflexiva, que reconhece o lugar da pesquisadora como também implicado nas dinâmicas investigadas.

A escolha por uma metodologia qualitativa *interseccional* é, portanto, uma escolha política: visa não apenas compreender as realidades das docentes negras, mas contribuir com sua visibilidade e reconhecimento institucional. A pesquisa busca construir pontes entre universidade e sociedade, entre teoria e prática, entre experiência e política.

É importante dizer que a escolha por essa temática se justifica também pela minha história e trajetória de vida, atravessadas por *entre-lugares*, lugares de fronteira de uma existência que persiste contra as normas: negritude e bissexualidade. Esses atravessamentos compõem meu eu pesquisadora, pois minha escrita se inspira em uma política do cotidiano em que a experiência de vida e o trabalho intelectual andam juntos, contribuindo “[...] tanto na compreensão de nossas realidades singulares, na realidade das instituições em que nos inserimos, em nossa sociedade de modo geral” (Rodrigues; Oliveira, 2021, p. 55).

Isso é o que “me” e “nos” constitui. Enquanto uma mulher negra doutora em Educação, compreendo e demarco que meu corpo é território e acolhida de todas as versões de mim mesma. Versões essas que não devem ser separadas tampouco escondidas no exercício de busca pela construção de uma academia antirracista e feminista (Rodrigues; Oliveira, 2021). É preciso circunscrever que entendo essa demarcação também como *subjetividade desestabilizadora* criada pelas ações dos Movimentos Sociais Negros, especialmente de Mulheres Negras.

Preciso registrar que em alguns momentos da escrita, relaciono a minha trajetória com as trajetórias das professoras desta pesquisa, que são muito mais do que dados e aí reside certa impossibilidade de padronizar a pessoa do discurso. Como essa pesquisa refere-se mais sobre um “nós” do que sobre elas, não me mantenho apenas como pesquisadora em relação as reflexões que estão sendo tecidas.

Digo isso, pois reafirmo a importância de explicitar a identidade de quem escreve e pretende realizar essa pesquisa, pois



[...] quando acadêmicos brancos reivindicam um discurso neutro e objetivo, eles não reconhecem o fato de que eles também escrevem de um lugar específico que, certamente, não é neutro, nem objetivo, nem universal, mas dominante. É um lugar de poder. Então, se meus escritos incluem emoções e subjetividade como parte do discurso teórico, eles, então, relembram que teoria é sempre localizada em algum lugar [porque] sempre é escrita por alguém. (Kilomba, p. 58, 2019).

Portanto, compreende-se que a metodologia adotada não é neutra, mas situada, comprometida e engajada com a luta antirracista. O trabalho de campo com professoras negras na pós-graduação não apenas revelou desigualdades, mas também *afirmou potências e insurgências pedagógicas* que desafiam as normas instituídas do que é ser docente, do que é ensinar e do que é produzir ciência no Brasil.

A seguir, apresento os principais resultados e discussões da pesquisa, com base nas entrevistas e documentos analisados.

Docência como espaço de disputa e produção de sentido

Durante anos, hesitei em compartilhar histórias pessoais. Fui treinada para acreditar que quem se apoia em uma história pessoal como evidência para defender ou confirmar uma ideia jamais poderia ser acadêmica e/ou intelectual, de acordo com o pensamento do dominador no ensino superior. Contar uma história pessoal para documentar ou estruturar um argumento era sinal de que a pessoa não estava lidando com fatos comprovados, de que não era científica o suficiente. Sou grata por ter vivido para descobrir quanto do que nos diziam ser ciência dura ou dados eram, na verdade, histórias, a interpretação de dados e fatos (hooks, 2020b, p.89).

A análise das entrevistas realizadas na pesquisa permitiu compreender a docência exercida por mulheres negras na pós-graduação como um campo de disputas simbólicas, políticas e epistêmicas. As falas das docentes evidenciam que sua atuação vai além da transmissão de conteúdos: trata-se de uma prática situada, tensionada pelo enfrentamento cotidiano ao racismo institucional e ao epistemicídio acadêmico. Nessa perspectiva, a sala de aula emerge como espaço de produção de sentidos, insurgências e afetações.



Acredito que sublinhar o contexto social e histórico em que a experiência das entrevistas se produziu é primordial para marcar meu lócus de análise. Sou uma mulher bissexual, negra de tom de pele claro, que após 18 anos de trajetória acadêmica sendo a única aluna negra, jamais tendo sido ensinada por uma professora negra, não conseguiu conter a emoção quando na primeira aula de um seminário sobre Políticas Feministas e Antirracistas do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPSI), soube que sua professora era negra e lésbica.

Foi assim então, que decidi que a professora Dra. Luciana faria parte desta ousadia, que outrora chamei de tese e aqui partilho algumas reflexões, mas que também faz parte do meu percurso de coragem e enfrentamento às políticas de dominação que tentaram e ainda tentam empurrar nossos corpos para longe dos lugares que buscamos ocupar.

Luciana, se descreve como *uma mulher negra (de tom de pele claro), cis e lésbica, com cabelo crespo e curto de cor castanho escuro, olhos castanhos, estatura baixa, mãe, professora, feminista e antirracista*. Nasceu na década de 80, na região do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, município localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, um dos principais núcleos da colonização alemã no Estado, tanto que além do Português, fala-se também e principalmente o dialeto Hunsrückisch. Atualmente mora em Porto Alegre, com sua companheira e filho.

Docente no PPGPSI da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisa no campo da Psicologia Social, tem se debruçado em questões que tenham a ver com as relações raciais, produção de subjetividades e produção de cuidado. Reflexões sobre construção e promoção de práticas antirracistas e de cuidado no campo da Psicologia Social, que não sejam pautadas em políticas de dominação. Doutora há 5 anos⁶, ingressou na docência da pós-graduação em janeiro de 2022, como colaboradora, passando a ser permanente na metade do ano, sobretudo a pedidos de estudantes negros e negras que conhecia e durante a entrevista destacou que em sua prática docente, as ferramentas mais importantes é a escuta, o cuidado e a

⁶ Ano de doutoramento: 2017.



saúde, pilares que sustentam suas práticas pedagógicas pautadas em não reproduzir políticas de dominação.

A segunda sujeita participante, também chamada Luciana, é docente no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS e se descreve como *Mulher negra, de cabelos curtos, estatura mediana e acima do peso*. Natural de Porto Alegre, nasceu na década de 70, é uma mulher heterossexual, casada e mãe de dois filhos. Leciona na UFRGS desde 2014, mas ingressou na pós-graduação apenas em 2017 e seu credenciamento não contou com política de ação afirmativa.

Compreendendo a docência na pós-graduação como um *ambiente de troca*, Luciana demonstrou que sua docência entende que o acesso ao conhecimento tem como objetivo viabilizar o processo de transformação da vida e da sociedade, pois as pedagogias de e em resistência dizem de uma experiência educativa que enriquece a vida integralmente, é a educação que “[...] diz respeito a encontrar e reivindicar nossa existência e nosso lugar no mundo” (hooks, 2021a, p. 91).

Assim, ao destacar que a questão de troca em sala de aula é algo fundamental, Luciana demonstrou que compreende o fazer pedagógico como um lugar construtivo para uma educação crítica e libertadora, alicerçada em pilares pedagógicos que não reproduzem políticas de dominação.

As duas últimas entrevistas foram realizadas em Sergipe e almejavam evidenciar as resistências costuradas na terra do rio dos siris e as possíveis escolhas nas encruzilhadas dos territórios educacionais sergipanos. A terceira sujeita participante, atua no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED – UFS) e se descreve como *mulher negra, mãe, profissional, batalhadora, companheira e idealista em excesso*, nascida em Paranatinga, no Mato Grosso, na década de 70 e assim como a maioria das professoras sujeitas participantes da pesquisa, é uma mulher heterossexual, divorciada, mora com seus dois filhos.

Trabalhando desde a graduação com a formação de professores, logo que finalizou o curso começou a lecionar na formação de professores de educação do campo, área que a encantou desde o começo e sua inserção na



pós-graduação aconteceu inicialmente por compreendê-lo como um espaço de produção de conhecimento. Assim como a primeira entrevistada, a professora Edinéia destacou que apesar de se sentir sozinha, suas redes são tecidas principalmente com estudantes e para além disso, o que a fortalece de certa forma, são os movimentos sociais e a potencialidade de mudança que as conexões entre Universidade e Movimentos Sociais apontam.

Da mesma forma como analisado na entrevista da primeira sujeita participante, a narrativa manifesta que a simples presença de uma professora negra no espaço da pós-graduação de uma universidade federal situada em um estado cujo a maioria da população é negra, produz tensionamentos, desestabiliza em muitas camadas, nesse caso a desestabilização está relacionada a postura combativa sustentada pela professora Edinéia, desde sua chegada na docência da pós.

Mulher negra, professora, sindicalista e militante social, assim se descreve a última sujeita participante da pesquisa, professora Marilene. Nascida na década de 60, em Igreja Nova, um dos municípios mais antigos de Alagoas, próximo à Penedo, que às margens do Rio São Francisco, faz divisa com Sergipe, sua família “fez só atravessar o rio” e por isso se reconhece como sergipana, pois sua infância e toda sua vida foi construída em Sergipe, em Brejo Grande, junto a foz do rio São Francisco. Heterossexual, mãe de um filho e solteira.

Marilene ingressou na docência na pós-graduação basicamente por conta do grupo de pesquisa que participava desde a graduação, sua trajetória acadêmica iniciou e se constituiu na educação do campo, no âmbito da discussão de garantir educacional para as pessoas que vivem no campo, no meio rural.

A última sujeita participante entrevistada foi a única professora que disse não ter vivenciado nenhum tratamento diferenciado, de desconfiança em razão de sua racialidade, pelo contrário, desde sua chegada, sentiu uma certa celebração da diversidade no programa. Outro elemento que se diferenciou das outras entrevistas, é a percepção de Marilene sobre a elaboração de suas práticas pedagógicas, ao passo que as outras sujeitas participantes identificam



em alguma medida que estas se diferenciam das práticas docentes brancas, para a professora doutora sergipana não se diferencia pelo fato de ser uma professora negra, pois no seu entendimento, a prática docente depende da concepção de educação e docência que as pessoas têm.

A docência, tal como narrada pelas participantes, é atravessada por experiências de solidão institucional, mas também por elaboradas estratégias de reexistência. A construção de vínculos com discentes negras e negros, a escuta afetiva, a abertura para saberes não-hegemônicos e a insistência em manter conteúdos que abordam relações raciais, de gênero e classe são práticas que tensionam os currículos brancos e androcêntricos da pós-graduação. Trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo, inscreve a presença negra no espaço acadêmico e denuncia os limites de uma universidade que, mesmo após a adoção de ações afirmativas, ainda resiste à pluralidade epistêmica.

Essas docentes constroem o que nesta análise denomino *pedagogias de e em resistência*: formas de ensinar que rompem com os protocolos da neutralidade científica e se comprometem com a formação crítica, afetiva e politicamente engajada. São práticas que transformam a docência em um exercício de afirmação de vidas negras e de reconfiguração dos sentidos da excelência acadêmica. Como afirmado por uma das entrevistadas: “a excelência que nos exigem é a que nega nossa história; a que praticamos é a que a reivindica”.

Assim, o que está em disputa não é apenas o conteúdo ministrado, mas o próprio significado da docência e da produção do conhecimento na pós-graduação. A *presença dessas mulheres negras desestabiliza a lógica meritocrática e eurocentrada* que ainda rege os critérios de avaliação acadêmica e propõe novas formas de ensinar, aprender e existir na universidade.

As entrevistas revelam um conjunto de desafios comuns enfrentados pelas docentes negras na pós-graduação, bem como estratégias coletivas e individuais de resistência. A presença dessas professoras nas universidades públicas, especialmente em programas de pós-graduação, tensiona as



estruturas historicamente racializadas do espaço acadêmico e revela a força de suas pedagogias insurgentes.

Um dos principais achados diz respeito à forma como essas docentes constroem redes de apoio e solidariedade, rompendo o isolamento que frequentemente marca sua trajetória institucional. As redes são, simultaneamente, espaços de acolhimento e de elaboração política, permitindo a circulação de saberes, afetos e estratégias antirracistas. Como uma das entrevistadas afirma: *“a nossa presença não é só física, é também política. Estamos aqui para ensinar, mas também para mudar a universidade.”*

Outro elemento recorrente nas narrativas diz respeito à dificuldade de reconhecimento institucional. Muitas relataram experiências de deslegitimação de seus saberes, sobretudo quando estes escapam aos cânones tradicionais de produção acadêmica. A epistemologia negra, marcada pela oralidade, pela escrevivência e pela coletividade, ainda é vista por muitos pares como inferior ou excessivamente militante, o que compromete sua valorização em processos como avaliações de desempenho ou progressão na carreira.

As práticas pedagógicas das docentes negras destacam-se por seu compromisso com a transformação social. Elas integram em suas disciplinas autores(as) negros(as), promovem debates sobre racismo, gênero e território, e adotam metodologias participativas que *valorizam a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento*. Esse fazer docente se distancia das políticas de dominação reproduzidas pela branquitude no ambiente acadêmico, pois não se resume apenas a metodologias e conceitos, mas a uma prática efetivamente comprometida e ao mesmo tempo, se mostra como um gesto de resistência e de reexistência

A partir dessas práticas, as professoras não apenas ensinam conteúdos, mas também interpelam os próprios fundamentos da educação superior, propondo uma universidade mais plural, democrática e justa. Como aponta Kilomba (2019), quando corpos negros tomam a palavra, não apenas perturbam a ordem, mas deslocam os centros hegemônicos de produção do saber.



Esses dados revelam que as docentes negras são protagonistas de um processo de transformação institucional ainda em curso. Sua presença, longe de ser apenas simbólica, inaugura um novo horizonte de possibilidades para a educação superior no Brasil.

Todo sonho é sussurro de uma possibilidade: possíveis considerações finais

[...] Uma coisa é certa: eu não sou uma nota de rodapé para o pensamento de grandes homens brancos. Nosso projeto é um projeto diferente. Por esse motivo, eu não estou tentando convencer ninguém do meu valor como pensadora, apenas para deixar claro que estou envolvida em um projeto diferente, que implica uma crítica da civilização ocidental para que possamos viver e o planeta não seja destruído. Intelectuais radicais estão lidando com questões essenciais para pensarmos sobre nossas vidas. Não estamos implorando para entrar na biblioteca do clube de fazendeiros europeus. Não há trilha que tenha sido traçada pelos filósofos e teóricos europeus mais brilhantes e respeitados que responda às questões da morte social e da vida negra. E isso é apenas um fato (Hartman, 2023, p.13-14).

As análises realizadas ao longo deste artigo evidenciam que a presença de docentes negras na pós-graduação brasileira vai além de um dado estatístico ou simbólico: ela constitui uma *ruptura epistêmica e política* no interior de instituições historicamente marcadas pela exclusão racial. Ao ocuparem lugares de autoridade acadêmica, essas mulheres inscrevem suas existências e saberes em espaços ainda organizados pela lógica da branquitude, provocando rearranjos institucionais e questionamentos profundos sobre os sentidos da docência, da excelência e da produção de conhecimento.

A pesquisa revelou ainda que essas professoras mobilizam práticas pedagógicas fundamentadas em uma ética da escuta, da coletividade e da insurgência. Seus modos de ensinar articulam saberes ancestrais, experiências vividas e perspectivas críticas que desafiam a pretensa neutralidade da ciência. Tais pedagogias *de e em* resistência não apenas contribuem para a formação de sujeitos críticos, mas também *desconstroem hierarquias raciais e epistêmicas* ainda vigentes na educação superior.



No entanto, a análise também escancarou os limites e fragilidades das ações afirmativas implementadas, especialmente no tocante à permanência e valorização de docentes negras. A ausência de políticas institucionais consistentes, os processos de deslegitimação dos saberes negros e a solidão acadêmica revelam que ainda há um longo caminho a percorrer para que a equidade racial seja efetivamente garantida na pós-graduação.

Dessa forma, este artigo reitera a urgência de políticas públicas comprometidas com a justiça cognitiva e a democratização do acesso e da permanência de pessoas negras em todos os níveis da educação superior. A consolidação das ações afirmativas, articuladas a mecanismos de acompanhamento e avaliação, é condição indispensável para o avanço de uma universidade verdadeiramente plural e antirracista.

As docentes negras investigadas são, em suas trajetórias e práticas, *protagonistas de um projeto de transformação institucional*. Suas *presenças desestabilizam* o pacto narcísico da branquitude, afirmam outras formas de ensinar e aprender e *anunciam futuros possíveis* para uma Universidade que se queira, de fato, plural, inclusiva, democrática e equânime.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista estudos feministas**, v. 13, p. 704-719, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Santos. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento Humano. São Paulo, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 14 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 nov. 2023.



CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

EVARISTO, Conceição Maria. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Tradução de Thiago de Abreu Lima Florencio. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! In: PEDROSA, Adriano, CARNEIRO, Amanda, MESQUITA, André (orgs.). **Histórias da sexualidade: antologia**. São Paulo: MASP, 2017. p. 301-310.

RODRIGUES, Luciana; OLIVEIRA, Loiva de. Por uma academia feminista e antirracista: cartas de duas docentes negras. In: ROCHA, Neli Gomes da (Org.). **Caminhos da escrita em tempos de interseccionalidades**. XI COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, 9 a 12 de novembro de 2020. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2021.

SILVA, Fernanda et al. "Eu não sou uma nota de rodapé para o pensamento de grandes homens brancos": uma entrevista com Saidiya Hartman. ODEERE: **Revista Internacional de Relações Étnicas**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2023.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.